

## O mundo Romano na viragem para o Baixo Império (séculos II-IV d. C.)

Doc. 1 →  
O Império romano no  
século II d. C.



### Atividade:

1. Localiza, num mapa físico, os grandes rios que delimitavam o império romano, no séc. II d. C. Explica a importância que os rios podiam ter na definição das fronteiras.
2. Consulta um planisfério político. Identifica os países que correspondem ou em que estão integradas, na atualidade, a Lusitânia, a Britânia, a Germânia, a Aquitânia, a Acaia, a Cirenaica, a Judeia, a Capadócia e a Mesopotâmia.
3. Justifica a afirmação: O Mediterrâneo era um mar romano.

## 1. A ordem romana: cidadania e poder imperial num espaço charneira Oriente-Occidente.

### 1.1. O império romano - extensão e limites

**Limes** - Linha de fortificações, formada por fossos, muros ou paliçadas, para defesa das fronteiras do Império dos ataques de bárbaros.

**Bárbaro** - Para os Romanos todo o que não falava latim ou grego; o sentido de povos bárbaros designou também os que estavam para lá do **limes**.

Um outro império do espaço euro-asiático, o Império romano, teve o seu apogeu no período compreendido entre o séc. II e meados do séc. III d. C.

Formado a partir da expansão da cidade de Roma que, no séc. III a. C., já dominava toda a Península Itálica, o Império romano tinha atingido, no séc. II d.C., a sua máxima extensão, abrangendo vastos territórios da Europa, da África e da Ásia (**Doc. 1**).

A Macedónia e a Grécia, bem como as regiões do Mediterrâneo oriental, onde se tinha desenvolvido a cultura helenística, tinham sido conquistadas e integradas no Império Romano. O Mediterrâneo era um mar romano.

Alguns dos imperadores mais importantes do séc. II d. C., Trajano, Adriano e Marco Aurélio, ainda tiveram de conquistar ou de pacificar territórios.

À semelhança do que já tinha sido realizado anteriormente, mandaram construir fortificações para defenderem as fronteiras, **limes**, em especial em zonas onde poderia haver ataques de povos considerados **bárbaros**: na Bretanha e junto aos rios Reno, Danúbio e Eufrates. Dessas fortificações ainda hoje podemos encontrar alguns vestígios como, por exemplo, a muralha de Adriano que delimitava o domínio romano na Bretanha.



← Doc.2  
Imperador Trajano  
(98-117 d. C.)

Mas quando começaste a subir o Capitólio que felicidade para todos [...] que, neste mesmo lugar, te tinham saudado como imperador! [...] Um começo como este seria esmagador para qualquer outro; tu és cada dia um príncipe mais admirável e mais perfeito [...]. Tu és o único capaz de valorizar e engrandecer o tempo que passa.

Plínio, o Jovem (62-c. 113), *Panegírico de Trajano*, (adaptado)

Ao imperador César, filho do divino Adriano, neto do divino Trajano, o vencedor dos Partos, bisneto do divino Nerva.

Inscrição de agradecimento a Antonino (138-161 d. C.)

← Doc. 3  
Trajano entra em Roma

← Doc. 4  
Os imperadores entre os deuses

#### Atividade:

1. Observa o documento 2 e lê os documentos 3 e 4. Descreve a imagem que os documentos transmitem sobre os imperadores romanos.
2. Trajano recebeu o título de Ótimo; desejava-se aos seus sucessores que fossem «mais felizes do que Augusto e melhores do que Trajano». Recolhe informações sobre o imperador Trajano. Baseado nos elementos que obtiveres, elabora um pequeno texto em que justifiques se era ou não adequado o título que lhe foi atribuído.

## 1.2. Os poderes do Imperador

No séc. I a. C., com **Octávio César Augusto** tinha-se iniciado um regime em que o poder máximo estava nas mãos de um **imperador**. No final do séc. VI a. C., Roma tinha deixado de ser uma monarquia e passara a ser uma república, regime em que os **magistrados** que a governavam eram eleitos em assembleias pelos cidadãos. Embora mantendo as instituições do regime anterior, a própria extensão dos territórios que dominava e as lutas civis que ocorreram tinham conduzido a uma situação em que a concentração de poderes se mostrava mais adequada ao governo de Roma.

Os primeiros imperadores foram aumentando os seus poderes, designando os seus sucessores e diminuindo as atribuições dos magistrados e do **Senado**. O imperador foi acumulando as funções das diferentes magistraturas republicanas, algumas das quais associadas ao *imperium*, poder supremo de vida ou de morte. O imperador dispunha de amplos poderes: militar, religioso (pontífice máximo), legislativo, administrativo, judicial. Tinha o título de Augusto, atribuído aos deuses, e o de **Princeps**, ou seja, o primeiro dos cidadãos. O imperador era divinizado depois da sua morte, e o culto imperial, associado ao de Roma, era praticado em todos os territórios, em templos e altares a ele dedicados (**Doc. 4**).

No exercício do poder central, o imperador era auxiliado por um Conselho do Príncipe que, no séc. III, além da sua função consultiva, passou a ter cada vez mais poderes.

**Trajano** - Nascido na Hispânia foi o primeiro imperador de origem provincial; exerceu o poder de 98 a 117 d. C.

**Octávio César Augusto** - Filho adotivo de Júlio César, foi o primeiro imperador romano, tendo governado de 27 a. C. a 14 d. C.

**Imperador** - Em Roma, durante a República, o título de imperador era atribuído aos generais vitoriosos. Com Augusto passou a ser mais restrito e só usado por ele ou pelos seus sucessores.

**Magistrado** - Cidadão eleito, em geral por um ano, para o exercício de determinadas funções.

**Doc. 5** →  
Correspondência entre Plínio, governador da Bitínia, e o Imperador Trajano (111-113)

Carta de Plínio, governador da Bitínia, a Trajano Senhor, os habitantes de Nicomédia gastaram 3 318 000 **sestércios** com um aqueduto que ainda não foi concluído, foi abandonado e até demolido. Com um outro aqueduto gastaram 200 000 [...]. É necessário que envie um engenheiro das águas ou um arquiteto para evitar a repetição do que aconteceu. O que te posso afirmar é que a utilidade da obra e a sua beleza serão efetivamente dignas do teu reinado.

Carta de Trajano a Plínio

É necessário tratar de levar água a Nicomédia. Tenho a certeza de que meterás mãos à obra com o zelo desejável. Mas, bom deus, é necessário o mesmo zelo para procurar os responsáveis que, até agora, fizeram perder tanto dinheiro aos habitantes de Nicomédia [...].

Plínio, o Jovem (62-c. 113), *Cartas a Trajano*

**Doc. 6** →  
O Imperador Adriano (117-138) elogia os seus exércitos

Fizeram tudo em devida ordem; cobriram com as vossas manobras todo o terreno; atiraram as lanças com perfeição, enquanto usaram as armas ligeiras, o que é difícil. Muitos são igualmente bons com as lanças mais longas. Hoje saltaram com vigor e, ontem, com rapidez. Se tivessem falhado em algo, eu ter-vos-ia chamado a atenção. Se, de algum modo, se tivessem distinguido, eu tê-lo-ia feito notar, mas, de facto, o que mais me agradou foi o nível do vosso desempenho.  
Discurso de Adriano ao exército, no Norte de África, em 121

#### Atividade:

1. Com base nos documentos e no texto informativo, enumera os poderes do imperador e o que representava cada um deles.
2. Explica a importância do exército e da rede de estradas, (Doc. 12) para a manutenção do Império.

**Prefeito** - Alto funcionário nomeado pelo imperador.

**Sestércio** - Unidade monetária romana.

**Éditos** - Inicialmente normas proclamadas pelos edis, magistrados eleitos por um ano; os edis ocupavam-se da administração municipal: policiamento, inspeção de edifícios, abastecimentos e organização dos jogos públicos.

**Jurista** - Pessoa que estuda e elabora leis.

**Legionário** - Soldado romano que integrava um corpo do exército romano designado por legião.

Havia ainda repartições imperiais, encarregadas dos mais diversos assuntos. O imperador era também auxiliado pelos **prefeitos**.

O imperador tinha também o poder de fazer leis por diferentes processos: promulgava **éditos**, enviava instruções ou respondia a questões que lhe eram colocadas pelos funcionários; era o juiz supremo para quem os cidadãos podiam apelar de uma decisão. Estes poderes explicam que o Conselho do Príncipe fosse formado, em grande parte, por **juristas**.

O imperador exercia o poder em toda a extensão do Império, nomeando pessoas da sua confiança para governarem as províncias (**Doc. 5**).

Os exércitos romanos, bem treinados, além da conquista de territórios, guardavam as fronteiras e contribuíam para a manutenção da ordem no Império. O comandante supremo era o imperador que não só participava em campanhas como podia acompanhar os treinos dos seus **legionários (Doc. 6)**. Uma rede de estradas construídas por todo o Império permitia a deslocação mais rápida dos exércitos e, também, a transmissão das notícias e das ordens (**Doc. 12**).

Depois de uma longa carreira militar, muitos dos legionários fixavam-se nos territórios conquistados, contribuindo, deste modo, para que a língua e os costumes romanos fossem adotados pelas populações locais, processo que se designa por **romanização**.

↓ **Doc. 7**

Édito de Caracala (212 d. C.)

Todos os que habitam o mundo romano são considerados cidadãos por determinação do imperador. *Digesto*, V, 17



Imperador Caracala (211-217 d. C.)

O imperador Sérvio Galba César Augusto [...] concede o direito de cidade aos soldados que prestaram serviço na 1ª legião [...], aos seus filhos e descendentes, e o direito de casamento com as mulheres que tenham na altura em que lhes for concedido o direito de cidade ou, para os solteiros, com as que vierem a casar [...].

Diploma militar (68 d. C.)

De todas as coisas que possam dizer-se em louvor dos Romanos, uma há que é de todas a mais digna de atenção e admiração: é a magnanimidade de que dão provas em matéria de direito de cidade e mesmo na própria concessão que têm desse direito; o mundo nunca viu, na verdade, nada de semelhante.

Élio Aristides (129-189), *Sobre Roma*

← **Doc. 8**

Direito de cidade concedido a legionários

← **Doc. 9**

O direito de cidade visto por um grego

**Atividade:**

1. Escreve um breve comentário, explicitando se concordas com as afirmações de Élio Aristides (Doc. 9).
2. Debate com os teus colegas o significado da cidadania em Roma e na atualidade.

### 1.3. A conquista da cidadania

Os habitantes do império romano estavam divididos em homens livres e escravos. Entre os homens livres havia classes sociais, de acordo com a sua origem ou riqueza, mas nem todos eram considerados **cidadãos**. Ser cidadão significava ter direitos civis e políticos, como o direito ao casamento legal, de possuir bens e de os transmitir, votar e ser eleito para o exercício de magistraturas. Ser cidadão obrigava também a deveres, como pagar impostos e prestar serviço nos exércitos. Os escravos, das mais diversas origens e em número elevado, não tinham direitos e realizavam toda a espécie de trabalhos. Nas cidades, podiam trabalhar como criados domésticos, como artífices ou em lojas. Alguns escravos instruídos acompanhavam a educação das crianças romanas. Os escravos podiam ser libertados por decisão do seu proprietário ou por compra da liberdade, passando à situação de libertos.

Inicialmente, a cidadania era exclusiva dos cidadãos de Roma. Depois, foi sucessivamente atribuída aos homens livres da Península Itálica e, no séc. I d. C., aos homens livres da Península Ibérica, da Gália, da Bretanha e da Grécia. Por vezes, o direito de cidade era concedido a indivíduos ou a comunidades (**Doc. 8**). No início do séc. III, o imperador Caracala determinou que os habitantes livres de todo o mundo romano passassem a ser considerados cidadãos (**Doc. 7**). Nunca um império tinha concedido às populações dominadas os mesmos direitos dos vencedores, o que causava a admiração aos próprios contemporâneos (**Doc. 9**).

**Doc. 10** → Todos os povos que são regidos por leis e costumes, em parte usam as suas próprias leis e em parte recorrem àquelas que são comuns a todos os homens [...].  
O direito romano e a sua origem  
As fontes do direito para o povo romano são as leis, os **plebiscitos**, os decretos do Senado, as constituições dos imperadores, os éditos dos que têm o direito de os fazer e os pareceres dos juristas [...].  
O direito que usamos respeita quer às pessoas, quer às coisas, quer às ações [...].  
A principal distinção no direito das pessoas é se os homens são livres ou escravos.  
Gaius, *Institutas* (cerca de 170) I, 1, 2 e 8.

**Doc. 11** → Através do conhecimento do direito, colhereis ainda o fruto da alegria e do prazer de compreenderdes com toda a facilidade quanto os nossos maiores estiveram à frente dos outros povos [...], se vos derdes ao trabalho de comparar as nossas leis com as deles [...]. É inacreditável como todo o Direito Civil, para além do nosso, é rude e quase ridículo.  
A superioridade do direito romano  
Cícero (106-43 a. C.) *Do Orador*, I, 44.

#### Atividade:

1. A partir da leitura do documento 10, pesquisa informação para explicitar em que consistiam as diferentes fontes do direito romano.
2. Procura saber, entre os teus familiares ou amigos mais velhos, quais as normas da organização social que têm sido transmitidas oralmente.
3. Discute com os teus colegas a importância do direito para a convivência social.

## 1.4. A codificação do Direito

**Plebiscito** - Decisão ou lei votada pela assembleia da plebe, isto é, das classes populares.

**Direito** - Conjunto de normas que regem a vida dos indivíduos, as suas relações com a sociedade e, também, com os poderes instituídos.

Em Roma, como em outras civilizações, o direito, baseado nos costumes, foi nos tempos mais antigos transmitido oralmente. Em meados do século V a. C., as leis foram passadas a escrito, numa compilação designada *Lei das Doze Tábuas*.

O direito foi, contudo, sendo alterado e acrescentado, de acordo com as circunstâncias ou casos concretos, quer por magistrados, quer por assembleias, quer por juristas encarregados de elaborar as leis ou os pareceres. Na época imperial, a origem das leis partia essencialmente do imperador que, como já vimos, tinha juristas que o auxiliavam nesta função.

Em 131, o imperador Adriano mandou publicar o *Édito Perpétuo*, preparado por um jurista. Tratava-se de uma compilação de leis a aplicar em todo o Império. O séc. II foi, aliás, um período de apogeu do direito romano, devido às obras de vários juristas notáveis. Havia escolas onde se aprendia o direito e manuais para o seu ensino (*Institutas*) (**Doc. 10**).

Além do *Édito Perpétuo*, elaborado no séc. II, o conjunto de leis que constituíam o direito romano foi, nos sécs. V e VI, compilado em códigos, o que possibilitou que o seu conhecimento não se tivesse perdido.

O direito é um dos legados mais importantes deixados pelos Romanos e tem sido fonte de muitas das normas que chegaram aos nossos dias e ainda são aplicadas.



← **Doc. 12**  
Principais vias terrestres e marítimas no Império romano, no séc. II

De toda a terra e de todo o mar chega até vós tudo o que as estações dão, tudo o que produzem as diversas regiões, os rios e os lagos assim como os artefactos dos gregos e dos bárbaros. Se alguém precisar de ver todas as produções do mundo pode percorrer o universo inteiro ou vir à vossa cidade: porque tudo o que nasce, tudo o que é fabricado em cada país, encontra-se aqui em abundância [...]. E a cidade é um mercado comum a toda a terra [...].  
Élio Aristides (129-189), *Elogio de Roma*

← **Doc. 13**  
Roma, centro do mundo

**Atividade:**

Concordas com a afirmação de que Roma era «um mercado comum a toda a terra»? Justifica a tua resposta, baseando-te nos elementos dos documentos 12 e 13.

### 1.5. A relação entre o Ocidente e o Oriente

No séc. II, Roma era a maior cidade do império. Calcula-se que teria cerca de um milhão de habitantes. Era necessário abastecê-la de todo o género de víveres e de outros artigos indispensáveis à manutenção de um tão elevado número de habitantes.

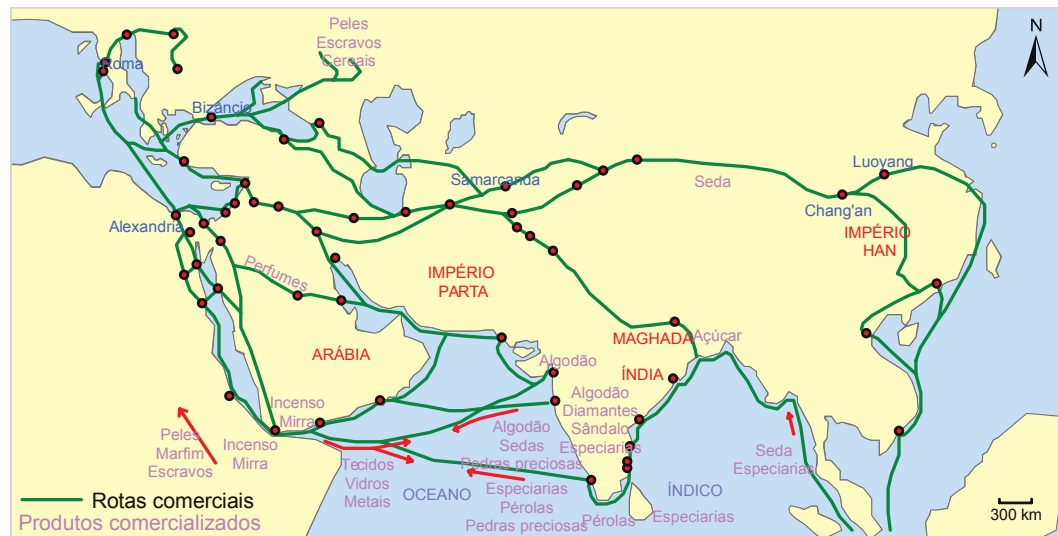
Das diferentes províncias, chegavam a Roma escravos e, também, produtos como cereais, azeite, vinho, madeiras, metais.

Todo o império estava ligado a Roma por uma rede de estradas que os imperadores se preocupavam em mandar construir, não só para a circulação das mercadorias, mas também para facilitar a administração e as deslocações dos exércitos (**Doc. 12**).

Além das vias terrestres, e porque os navios podiam transportar maior volume de mercadorias, as rotas fluviais e marítimas tinham uma grande importância.



**Doc. 14** →  
O comércio com o Oriente



**Doc. 15** →  
O comércio entre Chineses e Romanos

Eles [os Romanos] cunham moedas de ouro e de prata [...]. Fazem comércio por mar com Anhsi [os Partos], e T'ien Chu [Índia], com um lucro de dez vezes mais [...]. Os Partos, querendo ser os únicos a fazer comércio das sedas chinesas, cortaram toda a comunicação [com a China]. Esta situação manteve-se até ao reinado do imperador Huan-ti, quando o rei de Ta-ts'in [Roma], An-tun [Marco Aurélio Antonino], enviou uma embaixada em que ofereceu marfim, chifres de rinoceronte e conchas. As relações com este país datam desse ano [166 d. C.].

*Anais dos Han, séc. II*

**Atividade:**

1. Indica os principais produtos do comércio de Roma com o Oriente (Doc. 14).
2. Explica a importância das rotas comerciais para os contactos entre civilizações distantes (Doc. 15).

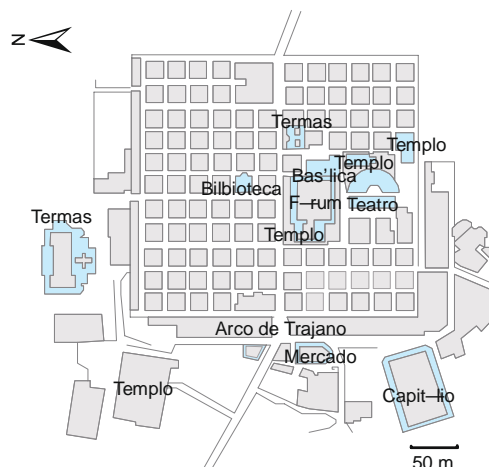
A unidade política dos territórios banhados pelo mar Mediterrâneo facilitava a navegação e, portanto, o comércio marítimo era muito intenso. Os portos tiveram grande desenvolvimento, em especial o porto de Óstia, na foz do rio Tibre, que servia a cidade de Roma, e o porto de Alexandria, no Egito (**Doc. 12**).

Roma comerciava ainda com povos de regiões que ficavam, por vezes, a grandes distâncias, como a Índia, a China e também com a Arábia (**Doc. 14**).

As rotas comerciais terrestres que ligavam Roma a estes países atravessavam impérios e reinos que nem sempre facilitavam a passagem dos mercadores. No séc. II d. C., os Chineses, na época dos Han, tiveram conhecimento e contacto com o Império romano (**Doc. 15**). As rotas marítimas com o Oriente eram igualmente importantes.

Este comércio era diferente daquele que abastecia Roma de bens alimentares e de uso corrente. Era um comércio de artigos de luxo: especiarias, sedas, pedras preciosas e semipreciosas, perfumes e animais, destinado essencialmente aos cidadãos mais ricos.

**Doc. 16** →  
Planta da cidade de  
Timgad (Argélia)



← **Doc. 17**  
Aqueduto de Segóvia  
(Espanha) séc. I-II d. C.



← **Doc. 18**  
Teatro romano de Bosra  
(Síria), séc. II d. C.

#### Atividade:

1. Explica por que razão se afirma que o traçado das cidades era regular.
2. A partir da observação dos edifícios representados nos documentos 17 e 18, explicita a tua opinião sobre as construções romanas.
3. Procura imagens das cidades mencionadas nos documentos ou de outras cidades do Império. Compara os edifícios construídos nessas cidades e elabora um texto com as conclusões a que chegares.

## 1.6. As cidades romanas

Na época imperial, Roma era uma cidade monumental. Os imperadores procuraram engrandecer a cidade e mandavam construir novos edifícios: templos, mercados, termas, teatros, anfiteatros, circos. Os Romanos utilizaram, na arquitetura, elementos como o arco de volta inteira e a cúpula. Com novas técnicas e novos materiais, como o tijolo e uma argamassa, edificaram construções de grandes dimensões. Os principais edifícios religiosos e administrativos ficavam localizados junto ao **fórum**, grande praça pública, centro político, religioso e comercial. Roma dispunha também de aquedutos, de fontes e de uma rede de esgotos. A arquitetura romana caracterizava-se, essencialmente, pela sua funcionalidade.

A civilização romana desenvolve-se essencialmente nas cidades, pensadas para o bem-estar dos seus habitantes. O traçado regular das cidades era semelhante ao da disposição dos acampamentos militares e organizava-se em dois eixos perpendiculares: o cardo (sentido norte-sul) e o decumano (sentido este-oeste).

Por todo o Império, as cidades eram cada vez mais numerosas. Algumas delas eram muito anteriores às conquistas romanas, sobretudo no Mediterrâneo oriental, mas foram também fundadas novas cidades que eram traçadas segundo planos regulares (**Doc. 16**).

À semelhança de Roma e utilizando os seus modelos, as cidades foram dotadas de edifícios idênticos. Por esta razão, podemos encontrar, ainda hoje, nas mais diversas regiões que fizeram parte do Império romano, numerosos vestígios dessas construções (**Docs. 17 e 18**).

**Fórum:** Na Roma imperial, existiam vários fóruns, sendo o mais antigo o Fórum Romano, do período da República; à semelhança de Roma, por todo o Império, o centro da vida urbana era o fórum.



**Doc. 19** →  
Busto do Imperador  
Adriano (76-138)



↑ **Doc. 20**  
Mosaico de Conimbriga



← **Doc. 21**  
Estátua equestre do  
Imperador  
Marco Aurélio (161-180)

**Doc. 22** →  
Missão dos Romanos

Outros modelarão, bem o creio, bronzes com vida e sem dureza; extrairão do mármore seres animados; defenderão melhor as causas; medirão com o compasso o curso dos céus e anunciarão o nascer dos astros. Tu, Romano, sê atento a governar os povos com o teu poder - e estas serão as tuas artes - a impor hábitos de paz, a poupar os vencidos e derrubar os orgulhosos.  
Virgílio, *Eneida*, Canto VI. 847-853

#### Atividade:

1. Procura informação sobre os feitos militares que evocam, por exemplo, a Coluna de Trajano e os Arcos de Triunfo de Tito (séc. I d. C.) . Discute com os teus colegas o facto de apresentarem a perspetiva dos vencedores.
2. Realiza uma visita virtual a um museu arqueológico. Elabora um pequeno relatório, referindo os aspetos que mais apreciaste.
3. Depois de leres o documento 22, explicita de que modo o poeta Virgílio enaltece a ação dos Romanos.

## 2. As artes e a literatura

Os Romanos foram notáveis pintores e escultores. Foram influenciados pelos Gregos, mas a escultura romana tem um carácter realista, criando verdadeiros retratos (**Docs. 19 e 21**). Em monumentais baixos-relevos, os romanos narraram os seus feitos militares. A pintura mural e os mosaicos que decoravam as casas dos mais ricos ou os edifícios públicos, representavam cenas mitológicas ou do quotidiano, motivos animais ou vegetais (**Doc. 20**). Por isso, a escultura, a pintura e os mosaicos são extraordinárias fontes históricas para o conhecimento da cultura romana.

A literatura romana, escrita em latim e grego, possui obras de grande valor histórico e literário. Dentre todas, merece destaque a *Eneida*, poema épico de Virgílio (70 e 19 a. C.), que narra as aventuras de Eneias, herói lendário ligado à fundação da cidade de Roma. O poema foi encomendado pelo imperador Augusto; canta os feitos dos Romanos, os valores e virtudes de Roma e, igualmente a obra daquele imperador (**Doc. 22**). Títo Lívio (50 a. C.-17 d. C.), que escreveu uma *História Romana desde a fundação da cidade*, e o filósofo Séneca (4 a. C.-65 d. C.) viveram nesta época. No séc. II d. C., em que, como vimos, o Império atingiu o seu apogeu, foram escritas outras obras notáveis, como *Histórias e Anais*, do historiador Tácito (55-120 d. C.), *Vidas dos Doze Césares*, de Suetónio, e *Pensamentos*, do imperador-filósofo, Marco Aurélio (121-180 d. C.).

Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos Céus! [...] Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados! Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra! Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados! Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia! Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus! Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus! Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus! Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de Mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós.

*Evangelho segundo Mateus, 5: 3-12*

### 3. O pensamento cristão

#### 3.1. As primeiras comunidades

O **cristianismo** teve origem na Judeia, onde Jesus Cristo, seguido por um grupo de discípulos, pregou a sua doutrina. O que sabemos acerca de Jesus, que nasceu no tempo do imperador Augusto e morreu cerca do ano 30, deve-se aos testemunhos recolhidos nos **Evangelhos**. No entanto, a informação dos Evangelhos é acerca da vida pública de Cristo e dos seus ensinamentos. Jesus pregava uma mensagem de fraternidade e igualdade entre os homens; prometia também a vida eterna a quem praticasse o bem. É essa a mensagem que nos transmite o Sermão da Montanha (**Doc. 23**).

O cristianismo partiu da religião **monoteísta** seguida pelos Hebreus, desde o II milénio a. C., mantendo, por isso, muitos dos princípios do **judaísmo**. Para os seus seguidores, Jesus é o **Messias** que esperavam para os libertar. Tal como o judaísmo, o cristianismo proclama a existência de um único Deus, criador de todo o Universo. Segundo os cristãos, Deus é uno, mas revela-se em três pessoas distintas - o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Para os cristãos, Jesus, a segunda pessoa da Trindade, fez-se homem e veio à Terra, tendo sofrido a morte na cruz, para redimir a humanidade do pecado. Os cristãos acreditam na ressurreição dos mortos quando Cristo voltar, no fim dos tempos, para o juízo final (**Doc. 24**).

Após a morte de Cristo, as primeiras conversões à nova fé verificaram-se entre os próprios Judeus. A comunidade de crentes da nova religião permaneceu em Jerusalém, onde se reunia para o culto, que consistia em cânticos, leitura e comentário de textos bíblicos, ensinamentos dos apóstolos e consagração do pão e do vinho, em memória da última ceia de Cristo com os apóstolos. Mantinham, contudo, algumas das práticas do judaísmo.

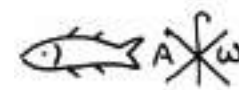
Uma das questões que se colocavam às primeiras comunidades era se os não judeus, os gentios, poderiam tornar-se cristãos. Deve-se, sobretudo a **Paulo de Tarso**, o Apóstolo dos Gentios, que a pregação se dirigisse também a outras populações. Igualmente se-lhe deve, nas suas **Epístolas** às comunidades cristãs, a interpretação dos ensinamentos de Cristo.

As comunidades eram dirigidas por presbíteros, entre os quais eram escolhidos os bispos, que presidiam ao culto e ensinavam a doutrina; os diáconos tratavam das questões materiais e de entreatura. Pessoas, que se distinguiam pelas suas virtudes ou pelo seu testemunho da fé cristã, eram consideradas santas.

#### ← Doc. 23

Sermão da montanha

Símbolos dos primeiros cristãos



**Messias** - Os Judeus acreditavam na vinda de um Salvador, Messias, anunciado pelos Profetas, e que os libertaria do domínio de outros povos.

**Evangelho** - Significa Boa Nova; os quatro Evangelhos aceites pelas igrejas cristãs foram escritos entre 50 e 100 d. C. e são atribuídos a S. Marcos, S. Mateus, S. Lucas e S. João; fazem parte do *Novo Testamento* que, com o *Antigo Testamento*, constitui a Bíblia para os cristãos. Bíblia, que significa livros, é o conjunto de textos fundamentais do cristianismo.

**Paulo de Tarso** - Judeu da cidade de Tarso, com cidadania romana, educado dentro da ortodoxia judaica, mas com influência da cultura helenística; perseguidor de cristãos, tornou-se, após a sua conversão, um dos grandes apóstolos da nova religião.

**Epístolas** - Cartas que S. Paulo escreveu, em grego, a comunidades ou crentes; as Epístolas de S. Paulo e de outros Apóstolos fazem parte do Novo Testamento.

**Doc. 24** →  
Credo de  
Niceia-Constantinopla  
(325-381)

Creio em um só Deus, Pai todo-poderoso,  
criador do céu e da terra  
de todas as coisas, visíveis e invisíveis.,  
e em um só Senhor, Jesus Cristo,  
Filho unigênito de Deus, nascido do Pai,  
antes de todos os séculos;  
Deus nascido de Deus, luz nascida de luz,  
Deus verdadeiro nascido de Deus verdadeiro;  
gerado, não criado, consubstancial ao Pai,  
por quem tudo foi criado;  
o qual por amor de nós, os homens,  
e para nossa salvação desceu dos céus;  
encarnou por obra do Espírito Santo,  
no seio da Virgem Maria e se fez homem; também  
por amor de nós, foi crucificado,  
sob Pôncio Pilatos

padeceu a morte e foi sepultado;  
ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras,  
subiu ao Céu e está sentado à direita do Pai;  
de novo há-de vir, cercado de glória,  
julgar os vivos e os mortos;  
e o seu reino não terá fim;  
[creio] no Espírito Santo,  
Senhor e vivificador  
que procede do Pai;  
o qual é, com o Pai e o Filho,  
adorado e glorificado;  
e falou pela boca dos profetas;  
[creio] na Igreja una, santa, católica e apostólica;  
reconheço um só batismo para remissão dos pecados;  
espero a ressurreição dos mortos  
e a vida do século futuro.  
Ámen.

#### Atividade:

1. A partir dos documentos apresentados e de outros elementos que pesquisares, enuncia os princípios fundamentais do cristianismo.
2. Procura saber por que razão o peixe era um dos símbolos dos primeiros cristãos.
3. Elabora uma pequena biografia de S. Paulo. Apresenta aos colegas os elementos que encontrares e debate com a turma o papel que o Apóstolo teve na missão das populações do Império.

### 3.2. Unidade da fé cristã

**Dogma** - Princípio fundamental e indiscutível de uma doutrina ou crença religiosa.

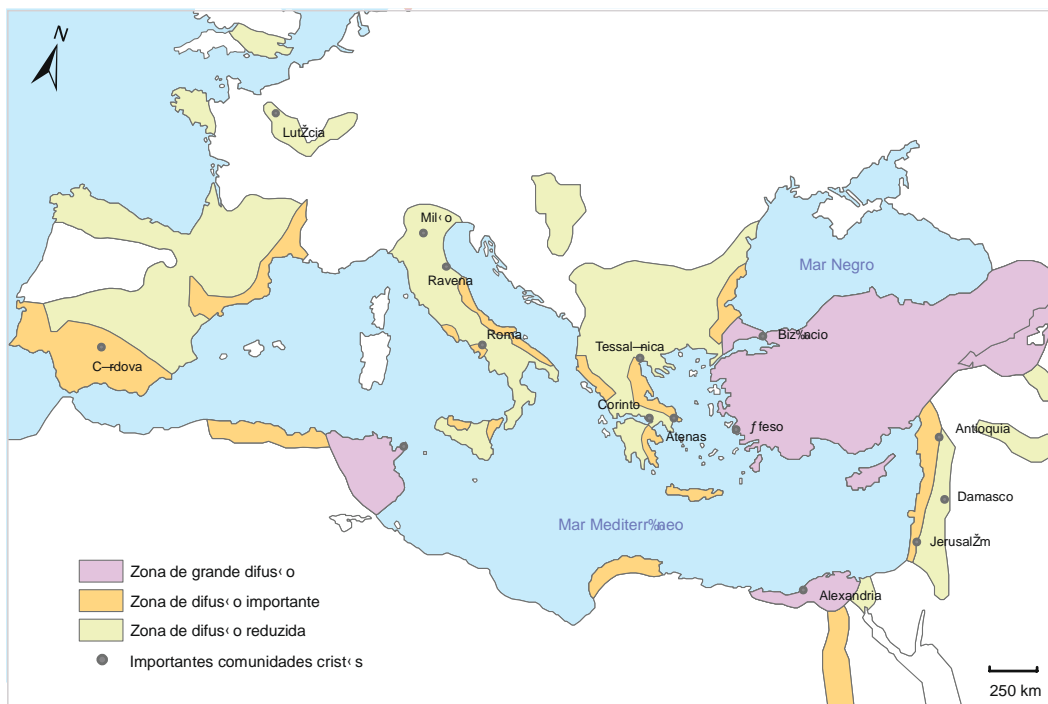
**Concílio** - Assembleia de bispos e de teólogos, reunida para decidir sobre assuntos relacionados com a doutrina ou a prática da religião; quando tem a designação de ecuménico significa que é universal, de ecúmena, a terra habitada.

**Credo** - Conjunto de princípios iniciado pela palavra que, em latim, significa creio.

**Papa** - Significa pai.

Nos primeiros séculos, surgiram várias interpretações da doutrina cristã. Algumas dessas interpretações estavam associadas às práticas do judaísmo, uma vez que os primeiros seguidores de Cristo tinham sido praticantes daquela religião. Outras interpretações prendiam-se, sobretudo, com a reflexão sobre a natureza humana e divina de Cristo e, também, com o **dogma** da Trindade, o que deu origem a querelas entre bispos e orientações distintas nas comunidades cristãs. Esta situação verificava-se em especial nas regiões orientais do Império, onde a reflexão filosófica era significativa. Tornava-se necessário fixar os princípios doutrinários do cristianismo, de forma a evitar divisões.

Em 325, realizou-se, em Niceia, um **concílio ecuménico** onde foram rejeitadas essas doutrinas, consideradas **heréticas**, e definidos os aspetos fundamentais da doutrina cristã, num conjunto de afirmações que constituem o **Credo de Niceia**, completado em 381 no primeiro Concílio de Constantinopla (**Doc. 24**). No Concílio de Niceia, a Igreja adotou a organização do Império: províncias e dioceses. Em cada província havia um arcebispo e em cada cidade um bispo. É neste contexto que o bispo de Roma, considerado o sucessor de S. Pedro passou a ter um maior poder em relação aos outros bispos, dando origem à **Igreja romana**. Contudo, os bispos de outras cidades importantes (Jerusalém, Constantinopla, Antioquia e Alexandria), que tinham o título de patriarcas, nem sempre aceitaram esta supremacia do bispo de Roma que passara a ter a designação de **papa**.



Doc.25  
Difusão do cristianismo  
no séc. III

Decidimos que era conveniente colocar acima de tudo aquilo que diga respeito ao culto da divindade e, para tal, conceder aos cristãos, e a toda a gente, a livre faculdade de seguir a religião que queiram, a fim de que tudo o que seja divindade na mansão celeste nos possa ser favorável e propício, a nós e a todos aqueles que vivem sob a nossa autoridade.

*Rescrito de Licínio*

Doc.26  
Édito de Milão  
(313 d.C.)

#### Atividade:

1. Identifica as regiões do Império onde o Cristianismo mais rapidamente se difundiu (Doc. 25). Explica as razões dessa situação.
2. Justifica a adesão ao Cristianismo, por parte dos habitantes mais desfavorecidos do Império.

### 3.3. A expansão do cristianismo

No século III, o cristianismo tinha-se difundido em vastas áreas do Império, sobretudo nas cidades. A «paz romana» e a unidade política em torno do Mediterrâneo, a rede de comunicações, entre outros fatores, facilitaram a expansão da fé cristã (**Doc. 25**).

A nova religião foi aceite por muitos dos habitantes do mundo romano, das mais diversas classes sociais, mas inicialmente pelos mais desfavorecidos. No entanto, as populações dos campos, os **pagãos**, mantinham a prática das antigas religiões politeístas.

A crença num deus único levava os cristãos a recusarem-se a prestar culto ao imperador, pondo em causa a ordem estabelecida no Império romano. Assim se pode explicar que tivessem sido alvo de perseguições, mais intensas sob alguns imperadores, e que conduziram muitos cristãos ao martírio. Apesar disso, as comunidades de cristãos foram aumentando, muito por ação do proselitismo dos primeiros crentes.

Em 313, pelo Édito de Milão, o imperador Constantino concedeu liberdade de culto não só aos cristãos, mas também aos praticantes de outras religiões (**Doc. 26**). No final do século IV, o imperador Teodósio tornou o cristianismo religião oficial do Império.

**Pagão** - Em latim designava o habitante do campo e passou a significar, para os cristãos, o praticante de religiões politeístas.

**Doc. 26** →  
Ponte romana e  
aqueduto sobre o rio  
Gard (França)



### Em suma...

Num intervalo de tempo de quase oito séculos (sécs IV a. C. a IV d. C.), afirmaram-se grandes civilizações do Mundo Antigo. Todas elas, civilização indiana, civilização chinesa, civilização romana, se tinham organizado internamente e conseguido unificar vastos espaços, denominados **Impérios**. Todas se reclamavam de um passado remoto, explicado por **mitos**.

Os elementos culturais definidores de cada uma - a língua, a lei, a religião - foram sistematizados. Grandes vultos do saber, da administração e da política tinham-se tornado figuras tutelares e, como tal, símbolos identitários importantes.

No final, religiões surgidas em espaços delimitados universalizaram-se. A vida económica refinou-se e expandiu-se. Os poderes políticos de Ocidente e Oriente, ambicionando conhecer-se, concretizaram um primeiro contacto e estabeleceram relações.

Reconheciam-se como civilizações diferentes, mas num estágio de desenvolvimento equivalente. Eram referência nas suas áreas de irradiação e o seu legado justifica que as designemos como civilizações **clássicas**.

No século V, por razões que provavelmente tiveram na sua origem profundas alterações climáticas, este mundo das grandes civilizações acabou. Povos com outras estruturas organizativas, que todas três designam por «bárbaros», tinham-se deslocado, rompido as fronteiras e encetado estratégias de aproximação e fixação dentro dessas áreas prósperas e desenvolvidas. Foram movimentos de população intensos que visavam mais a integração num espaço atrativo do que a destruição brutal das instituições.

A pressão de povos oriundos da Ásia central precipitou os acontecimentos e deu o impulso decisivo a uma inversão da relação de forças. A chegada ao poder destes bárbaros desencadeou um período longo de convulsões antes de ser encontrado um novo equilíbrio.